



Primeira onda do movimento feminista: modernidade e psicanálise^{1,2}

Fernanda Oliveira Queiroz de Paula

Orcid: [0000-0002-7303-6907](https://orcid.org/0000-0002-7303-6907)

Pós-doutoranda em Teoria Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Doutora e mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)

Membro do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana (Rio de Janeiro, Brasil)
Docente no curso de Pós-graduação em Teoria e Clínica Psicanalítica da Unifenas (Minas Gerais, Brasil)
Docente da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora SUPREMA (Minas Gerais, Brasil)
E-mail: feoqueirozp@gmail.com

Tania Coelho dos Santos

Orcid: [0000-0002-5360-7864](https://orcid.org/0000-0002-5360-7864)

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII (Paris, França)
Professora Associada nível IV aposentada Instituto de Psicologia / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil)
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C.

Presidente do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana / ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)
Psicanalista Membro da École de La Cause Freudienne (Paris, França), da Escola Brasileira de Psicanálise (São Paulo, Brasil) e da Associação Mundial de Psicanálise (Paris, França)
Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (São Paulo, Brasil)
E-mail: taniacs@openlink.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar um breve recorte histórico da “primeira onda do movimento feminista” no Ocidente. Nossa investigação visa rastrear, principalmente, alguns marcadores e discursos que a compõem, em seu deslocamento da modernidade à pós-modernidade, entre os quais, a psicanálise. O feminismo é um movimento heterogêneo, atravessado por diferentes e complexas discursividades que se articulam em meio à multiplicidade de aspectos do contexto social, histórico, religioso, étnico-racial e econômico de cada época, país e cultura. Além disso, é formado por diferentes vertentes que dialogam e, também, divergem entre si. É, portanto, um feminismo plural. Esse trabalho constitui-se, então, como uma das etapas da pesquisa do pós-doutoramento, no qual investigamos como a clínica, a pesquisa e a transmissão da psicanálise podem contribuir, a partir da sua ética e da política, com o campo de questões de gênero, sexuais e identitárias que emergem da pluralização do feminismo contemporâneo.

Palavras-chave: Ondas do feminismo; Modernidade; Psicanálise; Discursos.

Première vague du mouvement féminisme: modernité et psychanalyse: Le but de cet article est de présenter une brève coupure historique de la « première vague du mouvement féministe » occidentale. Notre recherche vise à suivre principalement quelques marqueurs et discours qui le composent dans son déplacement de la modernité à la post-modernité. Parmi eux, la psychanalyse. Le féminisme est un mouvement hétérogène, traversé par des discours différents et complexes qui s’articulent à la multiplicité des aspects des contextes social, historique, religieux, ethno-racial et économique de chaque époque, pays et culture. En outre, il est constitué de différents aspects qui dialoguent et divergent également entre eux. C’est un féminisme pluriel. Ce travail constitue l’une des étapes de la recherche postdoctorale, dans lequel nous étudions comment la clinique, la recherche et la transmission de la psychanalyse peuvent contribuer, éthiquement et politiquement, avec le domaine des questions de genre, sexuelles et identitaires qui émergent de la pluralisation du féminisme contemporain.

Mots-clés: Vagues de féminisme; Modernité; Psychanalyse et discours.

First wave of feminism movement: modernity and psychoanalysis: This article focuses on presenting a brief history of "first-wave feminism" in the occident. The investigation aims to track, primarily, some discourses and markers responsible for forming the social movement in its displacement from modernity to postmodernity. Psychoanalysis is among these discourses. Feminism is a heterogeneous movement, influenced by several complex speeches which articulate a multiplicity of aspects from social, historic, religious, ethnic-racial and economic contexts of each era, country and culture. Besides that, it is formed by various strands that dialogue and differ from

each other. Feminism is plural. This study is one of the steps of the postdoctoral research in which was investigated how the clinic, research and transmission of psychoanalysis can contribute, political and ethically, to the field of gender, sexuality and identity matters that emerges from contemporary feminism pluralization.

Keywords: Feminist waves; Modernity; Psychoanalysis; Discourses.

Primeira onda do movimento feminista: modernidade e psicanálise

Fernanda Oliveira Queiroz de Paula & Tania Coelho dos Santos

Introdução

"[...] deve renunciar à prática da psicanálise
todo analista que não conseguir
alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época"
(Lacan, 1953/1998a, p. 321).

"Um vento soprou.
De todos os lados surgem vozes de mulheres
quebrando um silêncio que vem de longe"
(Alberti, 2021).

O objetivo deste artigo é apresentar um breve recorte histórico da "primeira onda do movimento feminista" no Ocidente, com destaques da história francesa, inglesa, estadunidense e brasileira. Nossa investigação visa rastrear, principalmente, alguns marcadores históricos e discursos que a compõem, em seu deslocamento da modernidade à pós-modernidade, entre os quais, a psicanálise. Assim, trata-se de **um** recorte entre diversos outros. Contudo, abordar uma perspectiva histórica do feminismo implica, de partida, um problema metodológico. O feminismo é um movimento heterogêneo, atravessado por diferentes e complexas discursividades que se articulam em meio à multiplicidade de aspectos do contexto social, histórico, religioso, étnico-racial e econômico de cada época, país e cultura. Além disso, o movimento é formado por diferentes vertentes que dialogam e, também, divergem entre si. Nesse artigo, em vista disso, não iremos abordar as especificidades das correntes do movimento feminista, quais sejam: liberal, radical, acadêmico, marxista ou socialista, negro, interseccional, entre outros, porém pretendemos localizar alguns destes que emergem na primeira onda. Se o feminismo é, portanto, plural, podemos considerar o termo **movimentos feministas**. Contudo, neste artigo, iremos empregar o termo feminismo ou movimento feminista, no singular, não como uma definição homogênea dele, mas nos referindo a um segmento comum a todos os **feminismos**: a busca pela igualdade de direitos, equidade de gêneros, resignificação e emancipação da mulher na sociedade. Esse trabalho constitui-se, então, como uma das etapas da pesquisa do pós-doutoramento, que tem como cerne localizar como a clínica, a pesquisa e a transmissão da psicanálise podem contribuir, a partir da sua ética e da política, com o campo de questões de gênero, sexuais e identitárias que emergem da pluralização do feminismo contemporâneo.

Ondas feministas

Afinal, o que são as ondas feministas? Em termos gerais, o feminismo é datado como um movimento organizado em prol dos direitos civis, políticos e sociais da mulher, a partir do século XIX. Da modernidade à pós-modernidade, o movimento se desloca expressamente ao longo do século XX até o século XXI, ganhando novas roupagens, adotando diferentes discursividades, programas e pautas.

Segundo Zirbel (2021), a metáfora da "onda" foi empregada em 1968 pela feminista Martha

Weinman Lear, que escreveu um pequeno artigo para o jornal *New York Times*, dos Estados Unidos, com o título *A segunda onda feminista*. Nele, Lear fazia referência à luta de milhares de mulheres pelo direito ao voto no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de onda de feminismo, anunciando que outra havia se formado ou estaria em formação. A metáfora das ondas tornou-se, desde então, uma forma de denominar os períodos sócio-históricos de grande mobilização, principalmente, de feministas europeias e estadunidenses (Zirbel, 2021). Assim como em outros contextos, na sociedade brasileira, por sua vez, o feminismo já se mostrava presente antes mesmo de ser dividido conceitualmente em ondas no século XX, período no qual Ribeiro (2014) denomina essa categorização no meio acadêmico. Como se pode ver, as mobilizações feministas e o ativismo de mulheres extrapolam a experiência da Europa e dos Estados Unidos, de maneira que se cria um rico legado de diversas frentes, ações e lideranças em diferentes contextos, como no Brasil, que demonstra influências, continuidades e descontinuidades com o ativismo internacional apresentado nas ondas feministas (Ribeiro, 2014).

Assim, no decorrer de sua trajetória, o movimento foi dividido didaticamente em períodos sócio-históricos. Estes agrupam as principais pautas de cada época em uma linha cronológica e em uma divisão temporal, que acarretou a seguinte classificação: primeira, segunda e terceira ondas do feminismo. Oliveira e Korte (2014) questionam se hoje não estaríamos em uma quarta onda, na qual vigoraria um feminismo novo, multifacetado, que integraria a era digital, a qual se serve do uso acelerado das redes sociais e dos meios de comunicação como instrumento de militância. É importante destacar, contudo, que, apesar de o movimento feminista se dispor em ondas, não significa que a passagem de um período ao outro tenha superado e/ ou abandonado pautas e reivindicações da fase anterior. Isso porque os fatos de uma época emergem em outro período, ganhando intensidade ou novas significações *a posteriori*. Essa subdivisão evidencia como o feminismo foi vestindo a roupagem das discursividades do laço social vigente e, ao mesmo tempo, influenciando e produzindo novas formações discursivas.

Não se nasce mulher, torna-se *uma* mulher

A partir desse percurso, localizamos que há um mal-entendido que permanece como um entrave intelectual central ao longo dos deslocamentos do feminismo: a definição acerca do que é ser mulher. Afinal, o que e quem define uma mulher como mulher? A discussão acerca dessa definição, parece, em muitos casos, ganhar frente em relação à discussão de projetos, programas, estratégias – e se dissociar dela – para melhoria das condições de vida das mulheres de diferentes realidades. Nos círculos acadêmicos, por exemplo, essa discussão, muitas vezes, apresenta um fechamento endógeno e alheio à clínica do sujeito e do laço social.

A definição de mulher no movimento feminista não é uníssona: mulher cisgênero, mulher não-binária, mulher trans, mulheres LGBTQIA+, gênero queer, entre outras. O Radfem (movimento feminista radical), por exemplo, considera que as mulheres trans não podem ser consideradas parte do

gênero feminino, já que, em seu nascimento, possuem o sexo anatômico masculino. Quanto aos homens trans, por sua vez, alega que esses podem ser associados a mulheres que não aceitaram seu gênero, transformando-se em seus opressores (Nascimento, 2021). Nessa mesma perspectiva, a feminista radical Fain (2019) questiona a concepção de gênero não-binário, por não se encaixar, segundo ela, no gênero feminino tampouco no masculino. Ela considera que a concepção de “mulher não-binária” tem uma raiz misógina, por isso configuraria uma nova roupagem da ideia “Não sou como as outras garotas”. Em outras palavras, podemos dizer “não sou qualquer mulher, não gosto de rosa, gosto de skate”.

Fain (2019) destaca que muitas questões vividas pelas mulheres que se autodenominam não-binárias apresentam são típicas às que uma mulher ocidental pode ter em qualquer dia aleatório, como: usar calça ou saia; trabalhar ou ficar em casa; não sorrir para qualquer homem que vê na rua; passar tempo pensando em coisas que não sejam, como agradar homens ou sua aparência física; curtir um filme de ficção científica. Acrescentaríamos questões com o corpo, a imagem, os conflitos no campo do amor e do desejo, a maternidade e a frequente dúvida “sou homem ou mulher?”. Fain (2019) pondera que nenhuma mulher viva se conforma totalmente com o gênero mulher como representante de todos os marcadores estereotipados de feminilidade, sem questioná-los. Por isso, diz que, pessoalmente, como mulher, prefere não usar maquiagem, deixa que seus pelos cresçam, prefere calças e botas a vestidos e saltos, trabalha como engenheira de *software*, rejeita os deveres de esposa para com o seu marido e planeja nunca ter filhos enquanto tiver o controle. Além disso, questiona se isso pode significar, então, que ela seja não-binária. Por fim, reflete que os ativistas extremistas de gênero diriam que não, devido ao fato de ela afirmar que se identifica com o gênero mulher.

Fain (2019) relata que seu corpo padece de regulações estatais e de violências masculinas a que foi submetida, por ser mulher. Ela ratifica que é empática ao desejo de muitas garotas e mulheres de escaparem dos estereótipos de feminilidade e que não é fácil crescer como uma criança-menina em nossa sociedade: “Você nunca será bonita o suficiente, esperta o suficiente ou desejada o suficiente. Ou então, você será bonita demais, esperta demais ou desejada demais. De qualquer forma, a culpa é sua” (Fain, 2019, s/p). A feminista diz ficar de luto pelas mulheres que renunciaram a sua “mulheridade”, considerando que essas escolheram fugir ou se esconder da opressão de seu gênero, ao invés de questionar os estereótipos que ele veicula, acima de sua individualidade. Ela questiona se o fato de se autoproclamarem não-mulheres, de supostamente suspenderem o gênero mulher, evitaria que elas sofressem com o próprio corpo, com as expectativas colocadas à sua imagem e à forma física, frente à violência de gênero.

A pergunta a respeito da definição de mulher e em nome de qual mulher fala no movimento feminista se estende nas outras ondas do movimento. A partir da segunda onda, por exemplo, o feminismo negro irá propor uma abordagem interseccional a essa questão, isto é, uma análise acerca da situação da mulher na sociedade, que leva em consideração recortes de raça, etnia, classe social, territorialidade, orientações sexuais, entre outros. Segundo Ribeiro (2018), é uma concepção que permite compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e de discriminações

presentes em nossa sociedade, tornando-se uma ferramenta analítica crítico-política para adoção de políticas públicas, por exemplo. O termo "feminismo interseccional" foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, teórica feminista, jurista estadunidense, em 1989 (Crenshaw, 1989). Contudo, os debates sobre os diversos recortes de análise sobre a condição das mulheres já haviam sido iniciados anteriormente por Angela Davis (2017), filósofa, escritora, ativista estadunidense do feminismo negro. Davis (2017) afirmava que o movimento feminista estadunidense refletia preocupações em torno unicamente das mulheres brancas de classe média, as quais priorizavam a melhoria da condição econômica em detrimento da conquista do direito ao voto, como instrumento de luta por direitos trabalhistas, por exemplo. Em vista disso, Davis (2017) propôs uma leitura crítica desse panorama, levando em consideração o cruzamento e a sobreposição de várias opressões, relacionadas à raça, ao gênero e à classe, especialmente aplicadas às realidades de mulheres negras.

A problemática acerca da definição do que é ser mulher, portanto, não possui uma unidade no movimento feminista e aparece como a repetição da mesma *rata*, como o que "não cessa de não se escrever" (Lacan, 1972-1973/1985), isto é, constituída em torno de um furo estrutural. Freud e Lacan sustentam que não existe um "ser" ontológico da mulher, ou seja, não existe uma essência, uma identidade ou uma propriedade natural que defina o que é ser mulher. Isso significa que a psicanálise freudo-lacaniana parte da mesma premissa sustentada por Simone De Beauvoir (1949): "Não se nasce mulher, torna-se mulher". Contudo, propomos, no presente artigo, operar uma disjunção: "Não se nasce mulher, torna-se **uma** mulher".

No decorrer de sua obra, Freud (1950 [1895]/ 1996j,1920/ 1996e) demonstrou que, em decorrência da nossa condição de desamparo, de um vazio constitutivo de representação e de objeto, a espécie humana não nasce homem, mulher, gênero *queer*; em outras palavras, não nasce com o ego constituído e com uma representação mental do próprio corpo e do corpo do Outro³. O jovem da espécie humana, devido à sua prematuridade biológica e psíquica, passará por um longo período de dependência e de investimento libidinal dos seus pais para que possa vir a se constituir como sujeito. Isso significa que, para a psicanálise, não há nenhuma possibilidade de o sujeito representar a si próprio como uma consciência e uma identidade de si, pois somos constituídos pela dimensão da alteridade, de uma dissimetria simbólica. O sujeito é, então, descentrado da ficção do eu, marcando nossa condição de divisão subjetiva. Assim, o desamparo freudiano é o estado de solidão generalizada.

A anatomia é o destino, enquanto contingência, e o ponto de partida que marcam o nascimento do bebê: família, nome, língua materna, ser desejado ou não, cidade, país, realidade socioeconômica, raça, possíveis complicações neonatais e doenças congênitas, entre tantas outras contingências. Definitivamente, os seres humanos "não nascem livres e iguais" (Coelho dos Santos, 2006). O encontro com a diferença anatômica entre os sexos, na infância, tem um valor traumático, pois a criança não dispõe de um saber instintivo e natural para abordar a diferença sexual, porque essa inexistente, não tem um sentido universal. Como resultado, a diferença pode tornar-se um enigma que desperta a pulsão de saber, e a criança passará por um processo de constituição de recursos simbólicos para responder de

maneira singular a essa descoberta, que acarretará consequências psíquicas. Segundo Coelho dos Santos (2006), a criança irá inicialmente buscar essa resposta no discurso dos pais e no romance familiar e, apenas posteriormente, irá dirigir-se à cultura e ao laço social. De acordo com a autora, somos seres atravessados pela linguagem, pela cultura e pela civilização. Como consequência do inconsciente, a diferença anatômica entre os sexos não se confunde com a sexualidade psíquica, e será preciso um grande trabalho de elaboração psíquica, inconsciente, para se situar em relação ao sexual (Coelho dos Santos, 2006).

A partir das transformações da puberdade, o adolescente será convocado a dar um passo lógico em relação à sexualidade infantil que é marcada pela interpretação da diferença sexual, através da lógica opositiva entre ter e não ter o pênis. Como ensina Freud (1905/1996a), a sexualidade humana é escondida em dois tempos, na sexualidade infantil e nas transformações da puberdade, que encaminha à sexualidade adulta. Lacan (1957-1958/1999), ao alçar o falo à categoria de significante, demarca decisivamente a distinção entre pênis e falo, afirmando que o segundo é o significante da falta para ambos os sexos. A crença, para ele, de que uns possuem o falo e que outros não é uma ficção psíquica.

Contudo, o saber sobre o sexual será sempre insuficiente, sendo marcado por um vazio constitutivo, um impossível de ser alcançado via representação pela imagem ou pela linguagem. Comporta, também, um impossível de suportar, o qual se manifesta na esquizofrenia e na opacidade do olhar, na interrogação acerca do desejo do Outro, nas diferentes manifestações de inibição, sintoma e angústia, nos imbróglios das identificações sexuais e das escolhas de objeto, nos dilemas éticos e morais que atravessam o sujeito na sua relação intrínseca com a cultura e a civilização. O vazio é, então, um resto de tempos imemoriais da nossa constituição psíquica, em decorrência da nossa condição de desamparo. Resta como algo que não tem nome e nem nunca terá. Esse vazio constitutivo, impossível de ser totalmente preenchido, ao mesmo tempo em que é fonte de mal-estar, é também fonte da nossa condição de sujeito desejante (Freud, 1930[1929]/1996h). Logo, o vazio está no fundamento da dimensão do desejo e da sublimação, isto é, das formações de compromisso entre as exigências pulsionais e civilizatórias que cada sujeito irá construir frente ao real do desamparo, da morte e do mal-estar.

Frente a esse furo, Lacan (1972-1973/1985) postula o seguinte aforisma: "A Mulher não existe", o que existem são as mulheres, não-todas, que devem ser tomadas uma a uma. O que isso significa? Que inexistente um modelo universal, um ideal de mulher que ocuparia o lugar de exceção para perpetuar uma regra, um tipo exemplar a ser seguido. Como não existe modelo, não há, dessa forma, um padrão ao qual se conformar. Como consequência dessa inexistência, Lacan afirma que as mulheres não formam um conjunto fechado, mas apenas conjuntos abertos. Consideramos, nessa linha de pensamento, que a multiplicidade de vertentes, pautas e coletivos feministas se configuram como esses "conjuntos abertos". Porém, não é o nosso propósito, neste artigo, desenvolver as premissas, nas quais a psicanálise de orientação lacaniana se ampara, para abordar os modos de subjetivação de ser uma mulher. Se "A Mulher não existe", as mulheres existem e persistem, e o feminino, como modo de gozo,

insiste.

Miller (1998/2015), nessa perspectiva, questiona se a mulher contemporânea existe e pondera que ela tenta existir como sujeito do direito, atravessada pela subjetividade e por discursos de sua época, entre os quais o movimento feminista. No discurso jurídico, em princípio, não há mais diferença de papéis conforme o gênero; homens e mulheres são *supostamente* idênticos (Coelho dos Santos, 2006). Como afirma Alberti (2021), a psicanálise faz sua parte nesse movimento. Desde suas origens, no século XIX, a psicanálise e o feminismo disseminaram-se na cultura como discursos que participaram da modificação do estatuto da mulher na sociedade. Contudo, como afirma Miller (1998/2015, p. 106), “é claro que somos progressistas, defendemos o direito da mulher, mas, como também somos analistas, sabemos que isso tem consequências ao nível do gozo. Por isso, não podemos ir nos queixar num tribunal, por enquanto”.

A psicanálise não parte de uma concepção essencialista, construtivista e identitária da constituição subjetiva, mas dos paradoxos do gozo que não são eliminados pelo discurso jurista. Em sua função, um analista parte da posição singular de cada sujeito em relação às suas ficções inconscientes, seu modo gozo ao seu mal-estar. A psicanálise parte, por conseguinte, conforme demarca Coelho dos Santos (2016), da relação do sujeito com o Outro, da língua e da civilização, do Outro para o qual cada sujeito se dirige. Para tanto, não se ancora nos princípios comuns de comunicação e de reciprocidade, abstendo-se de incluir na escuta sua própria subjetividade, julgamento de valor e preconceitos. Assim, a partir desse vazio, uma análise pode levar cada um a constituir um saber relativo ao sexual e um novo laço com a vida. Disso, decorre a proposição de Lacan (1958/1998b) sobre a direção do tratamento analítico e sobre os princípios do seu poder, isto é, a sua ética: o analista não dirige o paciente, mas sim, o tratamento, e, para fazê-lo, é necessário algum tipo de orientação. Lacan (1959-60/1991) dá um passo da ética do desejo à ética da responsabilidade sexual (1972-1973/1985), pela solidão frente à inexistência da relação sexual, que se manifesta no sintoma. Isso implica, segundo Coelho dos Santos (2006), uma resposta inovadora, inventiva, um passo lógico com a respeito à castração, a partir da qual a diferença se torna uma condição do gozo e não apenas o impedimento dele.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade: “alguma coisa está fora da ordem”⁴... medieval

O feminismo, como um movimento político e social organizado, é datado a partir do século XIX, cuja primeira onda ocorre em um período sócio-histórico denominado **modernidade**. Assim sendo, pode ser denominado como **feminismo moderno**. A Era Moderna é o período que sucede a Idade Média e antecede a Idade Contemporânea. É atravessada por diferentes acontecimentos históricos e discursos que são precursores e percorrem a trajetória do feminismo em seus deslocamentos até os dias atuais. O período da modernidade pode ser abordado por diferentes marcadores. Nesta pesquisa, fundamentamo-nos na proposição de Koyré (1991), de que a modernidade é constituída a partir de uma ruptura epistemológica com um longo passado em que o exercício do pensamento e da crítica pelo

homem, sobre sua condição de existência e de vida, era renegado. Segundo Koyré (1991), a modernidade é constituída com advento da ciência moderna (XVII) e pelo Iluminismo (XVIII), que operaram um corte com os preceitos da Antiguidade, ao promoverem a ascensão da luz da razão, em detrimento a visão de mundo religiosa.

De acordo com Coelho dos Santos e Lopes (2013), a construção do conhecimento na Idade Moderna não se efetiva com base na fé e nas explicações divinas, mas pela construção racional do saber, através, por exemplo, da geometria, da formalização matemática e do empirismo. Contudo, sabemos que o avanço da ciência e do projeto democrático não garantiu a eliminação de aspectos destrutivos no solo da modernidade. Contrapondo o ideário de liberdade, fraternidade e igualdade, testemunhamos cenários catastróficos, como a colonização de povos e territórios, a corrida armamentista, duas grandes guerras mundiais, o avanço de novas ameaças civilizatórias, entre outros. Como afirma Lacan (1959-1960/1991), no avesso das novas exigências morais modernas, do imperativo categórico Kantiano, cresce nas profundezas um novo gosto pelo mal. Como afirma Coelho dos Santos (2010-2011), em termos freudianos, quanto mais exigimos a dessexualização das pulsões, mais aumenta o risco da defusão pulsional e da irrupção pulsão de morte. Por conseguinte, novos modos de subjetivação, novas formas de manifestação do mal-estar na civilização.

Conforme Lacan (1965/1998c), o corte operado pelo advento da ciência moderna com o mundo antigo da Idade Média introduz o **real impossível** na civilização. Isso significa que o discurso científico abala as convicções medievais sobre a origem da vida, do mundo, do sexo e das vicissitudes da morte. Antes, o discurso religioso vigorava como crença dominante, um dogma, que explicava e justificava as origens do homem. Lacan (1971-1972/2011, p. 81), no entanto, define o real impossível como “um limite que resiste ao avanço da articulação de um discurso”, isto é, um impossível de dizer. Contudo, o que Freud (1933[1932]/ 1996i) demonstra é que o pensamento racional e a ciência não são capazes de eliminar o resíduo da fé em Deus. Na medida em que Deus não é demonstrável, acreditar ou não em sua existência não depende da razão, mas, sim, como afirma Lacan (Lacan, 1968-1969/2008) referindo-se à Pascal, de um ato de aposta. Desse modo, segundo Coelho dos Santos (2001), a fé religiosa, na modernidade, torna-se um assunto de consciência individual.

O regime monárquico feudal que vigorava na Antiguidade é destituído e sofre uma transição até o advento do Estado moderno, o qual promove o estabelecimento de uma sociedade civil e laica, em detrimento do poder exercido, até então, pela Igreja, sobre as esferas política, econômica e social (Coelho dos Santos, 2001). Esses acontecimentos não são sem efeitos para a concepção da família, de pai e da mulher no laço social que, até então, se baseava no poder do patriarca, como representante “do Pai nosso que estais no céu”. Therborn (1941/2006) postula que o patriarcado tem duas dimensões: o poder do pai e a dominação do marido, nessa ordem. Embora o patriarcado atue sob várias formas em outras relações de parentesco – entre pai e filho, sogra e nora, por exemplo –, o núcleo do seu poder consiste, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha, bem como no do marido sobre a mulher. Assim, o poder do patriarca e do marido era uma forma de dominação masculina, que passará a ser

denominada pelo feminismo da segunda onda como hierarquia de gênero. Contudo, como afirma Therborn (1941/2006), o patriarcado foi o grande perdedor do século XII ao XX, mas, segundo Coelho dos Santos (2001), do poder do patriarca resta uma estrutura que ainda organiza as relações elementares de parentesco em família: o dom, a aliança, a exogamia e o parentesco, em outras palavras, a interdição do incesto e a circulação de trocas simbólicas.

Com o avanço das ideias iluministas, da ciência moderna, da indústria e do ideário revolucionário francês – “liberdade, igualdade e fraternidade” –, o poder do patriarca deixou de ser institucionalizado pela lei da igreja e pelo ensino religioso. O advento da democracia moderna proporcionou aos homens e mulheres uma mudança de estatuto: deixaram de ser súditos a um Rei, a um patriarca, e se tornaram cidadãos dotados de direitos e deveres. Assim, a família patriarcal hierárquica fica sujeitada à premissa democrática de que “somos todos livres e iguais”. No entanto, como afirma Foucault (1976/1988), todo discurso engendra efeitos de saber-poder, e o discurso democrático não estará isento disso. Quando interpretado como uma “visão de mundo”, em vez de uma lógica ancorada em um impossível, fomenta, juntamente com o discurso capitalista, a crescente ideologia individualista. Na era moderna, Freud (1917/1996d) localiza duas “revoluções científicas” que funcionaram como uma “ferida narcísica” infligida pela ciência às ilusões de grandeza do homem, respectivamente: a Revolução Copernicana, que desloca o homem do centro do universo (geocentrismo medieval), com a proposição de um sistema heliocêntrico (solar), em que os planetas gravitam ao redor do sol; e a “Teoria darwinista”, que defende que o ser humano é uma parte da evolução das espécies e não “criado à imagem e semelhança de Deus”.

A terceira “ferida narcísica” à fantasia de onipotência humana viria a ser a psicanálise, ao afirmar que o “ego não é o senhor da sua própria casa” (Freud, 1917/1996d, p. 151). Isto é, o nosso psiquismo não é regido apenas pela faculdade mental da consciência, mas também por um **sistema inconsciente**. Freud funda, na civilização, o inconsciente como um sistema que não se restringe às memórias esquecidas não acessíveis à consciência, mas que funciona com base no que ele denominou de metapsicologia, que constitui modalidades de pensamento e de representações distintas da consciência (Freud, 1915/1996c). Freud (1924/1996g) afirma, por fim, que o psiquismo é constituído por uma divisão psíquica, *spaltung*, a qual, ao mesmo tempo em que acarreta uma perda da realidade material, constitui uma realidade psíquica inconsciente.

Psicanálise e feminismo: “onde sou só desejo, queres não”⁵

A relação entre a psicanálise e o feminismo revela-se imbricada, de diferentes maneiras, entre consonâncias e dissonâncias. Ela é fruto da modernidade e surge como respostas ao que em psicanálise é denominado como declínio “da função paterna” (Lacan, 1957-1958/1999). Isto é, da crença universalizante em um modelo único acerca do que é ser pai e da definição de família com origem no casamento, no marido, esposa, filhos, e unida por laços legais de direitos e deveres (Miller, 2007). Esse modelo vitoriano de família pautava-se no que Freud (1908/1996b) denominou como “moral sexual

civilizada”. Assim, a psicanálise e o feminismo são uma das respostas ao declínio da função paterna e engendram um circuito no qual, também, passa a promovê-lo. Em suas consonâncias, viabilizam escuta às vozes das mulheres que quebram um silêncio que vem de longe, fazendo emergir uma fala inédita sobre seus desejos, insatisfações, vida amorosa e sexual. Questionam os paradigmas das condutas morais que recaíam sobre o corpo, o papel social e a sexualidade das mulheres. Assim, o movimento feminista e a psicanálise contribuíram, de diferentes maneiras e com posições peculiares, com o saldo que a mulher ganhou na sociedade atual – se comparado a outras décadas –, produzindo efeitos na subjetividade individual e coletiva. A juventude do feminismo pós-moderno, definitivamente, evidencia concepções mais democráticas e libertárias para com seu corpo, sua sexualidade, sua escolha de objeto e seus lugares os quais ocupam na sociedade.

No decorrer dos estudos feministas, de gêneros e identitários, a psicanálise freudo-lacaniana é utilizada para situar formulações acerca dessa problemática do ser ou de tornar-se mulher. A psicanálise, então, se faz presente como embasamento, antítese, paradoxo, paradigma, revolução, reação, tradição. Ela é apropriada, no entanto, por alguns teóricos, à sua maneira, que fazem uma psicanálise *à la carte*, a despeito da epistemologia freudiana que é sua metapsicologia. O fascínio por uma suposta ideia de natureza veiculada por Freud, pela primazia do falo e pelo complexo de Édipo, ganha destaque e, desvinculado da metapsicologia, tais ideias são empregadas como leituras antropogênicas e antropomórficas da subjetividade humana. Além disso, constantemente, a psicanálise é confrontada com a acusação de ser machista, ultrapassada, disseminadora da lógica patriarcal, opressiva, falocêntrica e reacionária. Isso ocorre, porque o complexo de Édipo seria o responsável por instituir uma heteronormatividade sexual como medida sexual comum, excluindo o postulado freudiano de que a sexualidade humana é constituída pela pulsão, cujo objetivo é a satisfação – não a subsistência –, e o objeto é o que há de mais variável – não é fixo (Freud, 1905/1996a).

Nossa hipótese, esses efeitos de saber-poder engendrados pelo discurso analítico na cultura são consequências de: sua apropriação como “visão de mundo”; sua apropriação pelo ponto de vista fenomenológico, biográfico, sociológico, a despeito de toda a metapsicologia freudiana; sua apropriação pelo discurso universitário. Coelho dos Santos (2001) abordou, minuciosamente, os efeitos da difusão da psicanálise na cultura, partindo da proposição Foucaultiana (1976/1988) de que todo discurso engendra efeitos de saber e poder. Nesse aspecto, Freud (1933[1932]/1996i) ensejou que a psicanálise não fosse uma visão de mundo, como um sistema fechado que almejaria uma verdade universal e convicções absolutistas, assim como o discurso religioso e filosófico. Nada menos freudiano, que nos transmite a psicanálise a partir dos seus passos e descompassos. Freud (1933[1932]/1996i), em verdade, não hesitou em afirmar o lugar da psicanálise na visão de mundo científica, em vista de um sistema aberto de pensamento. Segundo Freud (1933[1932]/1996i), uma visão de mundo possui um caráter autossuficiente, uma cosmovisão, que cria uma proibição tão intolerante para o exercício do pensamento que se assemelha às punições da Igreja Católica destinada às heresias. Com isso, qualquer sistema de pensamento que se furte a um exame crítico assume o lugar da “Bíblia e do Alcorão como

fonte de revelação” (Freud, 1933[1932]/1996i, p. 175), embora os livros sagrados “não parecessem estar isentos de contradições e obscuridades” (Freud, 1933[1932]/1996i, p. 175). De fato, o exercício do pensamento possui uma vizinhança com a heresia do pecado original: comer o fruto proibido da árvore da ciência do bem e do mal. Conforme Coelho dos Santos (2008b), foi o desejo de saber que moveu Eva a oferecer a maçã a Adão, de forma que, expulsos do paraíso, padecemos da curiosidade sexual.

Freud (1915/1996c, 1920/1996e) parte de uma análise metapsicológica do processo de constituição da subjetividade, em uma perspectiva que entrelaça as exigências e as vicissitudes pulsionais do sujeito e da civilização. Ele afirma que a psicologia individual é, ao mesmo tempo e desde o início, psicologia social (Freud, 1921/1996f). Essa premissa questiona a concepção maniqueísta do processo de constituição subjetiva, que parte da oposição entre a concepção do indivíduo como uma mônada e a exterioridade absoluta da determinação social (Coelho dos Santos, 2010-2011). A psicanálise, em suma, não é maniqueísta, porque não dissocia indivíduo e sociedade; não é mecanicista, visto que não dissocia corpo e mente; tampouco é essencialista, já que não se fundamenta na imanência do ser; por fim, nem é construtivista ou identitária, na medida em que o eu e o corpo não são uma consciência de si, isto é, não se constituem sozinhos, logo não podem ser autodefinidos.

Revoluções modernas e movimento feminista

Ao longo da história, não faltaram manifestações individuais ou coletivas, através, por exemplo, da literatura, da arte, do misticismo, em prol da liberdade e da emancipação das mulheres. Contudo, de acordo com Beauvoir (1949), o conjunto dos movimentos reformistas da modernidade foi favorável ao feminismo, por ter como ideologia a busca pela justiça na igualdade. Assim, as ideias Iluministas (1680-1780), a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Americana (1775-1781) influenciaram e embasaram a constituição do movimento feminista.

A primeira onda do feminismo, ou o feminismo moderno, irrompeu na cena pública de vários países no século XIX, através da mobilização em massa de mulheres, por meio de passeatas, manifestações, panfletagens, sindicatos, publicações em jornais, entre outras. A luta pelo sufrágio (voto) feminino e pela participação das mulheres na vida política e civil se constituiu como uma das principais reivindicações do feminismo moderno, resultando às feministas da primeira onda a nomeação de sufragistas (*suffragettes*). O programa dessa fase tinha como pautas a reivindicação pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, possibilitando às mulheres casadas o direito ao patrimônio. Em relação ao casamento, também recaía a reivindicação pelo fim dos contratos matrimoniais e pelo direito ao divórcio, isto é, pela revogação legislativa do casamento como uma instituição que outorgava os direitos sobre o corpo e os bens da mulher ao marido (Alves & Pitanguy, 1985). As feministas criticavam desde a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública (Biroli, 2018).

A partir dos primórdios da Revolução Francesa (1789-1799), na virada do século XVIII para o

século XIX, identifica-se, na história das mulheres europeias e estadunidenses, a formação de uma mobilização coletiva, mais ou menos organizada, em prol da luta por seus direitos (Cisne, 2014). Em 1791, a escritora Olympe de Gouges – pseudônimo de Marie Gouze – (Beauvoir, 1949) apresentou à Assembleia Nacional da França o texto *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. Este texto é homólogo à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, o qual preconizava que os direitos individuais e coletivos dos **homens** eram universais. As mulheres, portanto, não eram contempladas com esses direitos, sendo consideradas “cidadãos passivos” durante a revolução. Por isso, a luta pelo sufrágio foi tão importante. Olympe de Gouges reivindicou em sua Declaração a abolição dos privilégios masculinos sobre as mulheres, propondo a inserção da mulher na vida política e civil em condição de igualdade com os homens (Beauvoir, 1949). Como ela era girondina, suas ideias foram consideradas liberais e não revolucionárias. Como resultado, de Gouges foi sentenciada à morte na guilhotina, em 1793, sob a acusação de ter deixado de lado os “benefícios do seu gênero” e de tentar ser um homem de Estado (Escallier, 2012). Posteriormente, ela foi questionada por feministas sucedentes com o argumento, segundo Scott (1996/2006), de que sua proposição não alcançara a elaboração sistemática de uma compreensão das raízes da opressão sofrida pelas mulheres. De Gouges, assim como todos, porta a marca de seu tempo.

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* é um documento culminante da Revolução Francesa (1789), uma das revoluções burguesas que derrubou as monarquias absolutistas. Apesar de não incluir as mulheres como cidadãs ativas na sociedade, o documento apresentou o princípio básico da democracia moderna, que é o direito dos cidadãos de participar dos assuntos de interesse coletivos a partir do voto, isto é, da escolha de representantes que irão dispor dos poderes que lhes foram delegados. Além disso, é um dos precursores da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), documento constituído pela Organização das Nações Unidas – ONU, entidade internacional fundada em 1945, após as atrocidades da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A ONU defende o respeito aos direitos humanos, a equidade de gênero e dissemina a cultura de paz entre as nações. Atualmente, é composta, por 193 países, e o Brasil foi um dos 51 países que fez parte de sua fundação (ONU, 2020).

A Nova Zelândia foi o primeiro país no Ocidente a garantir o sufrágio feminino, em 1793. O Brasil saiu na frente em relação à França, conquistando o direito ao voto feminino e a permissão às mulheres de serem votadas em âmbito nacional, a partir de 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. A França, um dos primeiros países no mundo a instaurar o sufrágio universal masculino, reconhecida como o berço da luta pela universalização dos direitos civis, foi um dos últimos países da Europa, no entanto, onde as mulheres conquistaram o direito de eleger e de serem eleitas, há 76 anos, e, 1945, no período do pós-Guerra (Castanha, 2013). Além da França, em 1972, na Inglaterra, Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora inglesa, filósofa e defensora dos direitos da mulher, publicou sua obra mais importante, *Uma vindicação dos direitos da mulher* (Wollstonecraft, 1972/2017). Neste livro, ela apresentou reflexões sistemáticas sobre os obstáculos para a emancipação das mulheres, como o direito dos maridos, que era considerado divino como o dos reis.

Beauvoir (1949) afirma que a Revolução Industrial foi outro marco essencial rumo à emancipação feminina: "Essa é a grande revolução que, no século XIX, transforma o destino da mulher e abre, para ela, uma nova era" (p. 148). A propriedade fundiária sucumbe ao súbito desenvolvimento da indústria, que passa a exigir mais mão-de-obra, tornando a colaboração da mulher necessária. A mulher reconquista uma importância econômica com o advento do maquinismo, pois este proporciona uma nova participação na produção por não exigir mais a força física. Nesse período, muitas mulheres operárias abraçaram a ideologia anarquista e socialista, agrupando-se em sindicatos e reivindicando melhores condições de trabalho. Nesse contexto da primeira onda, verificamos a formação de um feminismo marxista que, em decorrência da radicalidade de seu programa, ficou à margem das correntes dominantes do sufragismo (Biroli, 2018).

Enquanto, no Antigo Regime, a acessibilidade ao campo cultural e à instrução intelectual permitia a mulher afirmar-se, na modernidade, a acessibilidade à força de produção que permite isso (Beauvoir, 1949). Contudo, com a eclosão de duas Guerras Mundiais, a participação da mulher na esfera do trabalho torna-se essencial para liberar a mão-de-obra masculina para as frentes de batalha, particularmente nos EUA e na Inglaterra (Alves & Pitanguy, 1985). Ao fim das guerras, com o retorno da força de trabalho masculina, muitas mulheres ficam desempregadas. Esse recuo reativou a ideologia da diferenciação dos papéis por sexo, atribuindo às mulheres o espaço doméstico, de modo que foram obrigadas a ceder seu lugar no mercado de trabalho aos homens (Alves & Pitanguy, 1985). A constituição do movimento feminista se relaciona, neste período, com o declínio do discurso tradicional e com a entrada da mulher no mercado de trabalho, viabilizada pelo advento do capitalismo de produção e pela Revolução Industrial. Isto é, um movimento que é consequência do que pretende combater, não sendo possível, a nosso ver, dissociar essa correlação de forças de saber e de poder da estrutura que o antecede. A entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como a aquisição do poder aquisitivo feminino acarreta transformações nos laços de aliança e de parentesco, fomentando novas reivindicações a partir da segunda onda do movimento feminista, que não será desenvolvida no presente trabalho.

Movimento feminista no Brasil: "o Brasil não conhece o Brasil"⁶

Se comparado ao que ocorrera na Europa e nos EUA, o movimento feminista no Brasil do século XIX não se caracterizou como uma mobilização de massa. Como iremos demonstrar, o movimento, no país, ganhou maiores proporções no início do século XX, principalmente após a Proclamação da República, com a esperança da contemplação dos direitos republicanos a ambos os sexos (Alves & Pitanguy, 1985). No Brasil, enquanto a Revolução Francesa (1789) eclodia na Europa, a realidade na qual vivíamos era de invasão e colonização. Segundo Rezzutti (2018), durante os três séculos e meio de vigência do Brasil Colônia, grande parte das mulheres indígenas e negras foram escravizadas, catequizadas ou mortas pelo processo de colonização. As mulheres consideradas brancas, que migraram o transatlântico, seguiam seus maridos ou viriam a se casar e lutar pelos seus bens e suas propriedades,

tendo, por vezes, que assumir o papel legado ao homem nos negócios. Definitivamente, a experiência das mulheres marcadas pela escravidão é muito díspar em relação à experiência e à realidade de outras mulheres nas sociedades ocidentais (Rezzutti, 2018).

Após trezentos e vinte e dois anos como colônia de Portugal, foi proclamada a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, dando início ao seu período monárquico. Os tempos do Imperador duraram 67 anos, quando foi destronado pela Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889 (Castanha, 2013). Em 1826, em um discurso feito no Senado, Dom Pedro I pediu aos senadores e deputados que priorizassem em seus projetos de lei *A educação da mocidade de ambos os sexos* (Castanha, 2013). Em 15 de Outubro de 1827, Dom Pedro I sanciona a primeira grande lei educacional do Brasil, cuja data deu origem ao "Dia do Professor" no país. Essa lei determinava que, nas "escolas de primeiras letras" do Império, meninos e meninas estudassem separadamente e tivessem currículos diferentes. Em matemática, as meninas não podiam ver nada além das quatro operações básicas, enquanto os meninos aprendiam adição, subtração, multiplicação, divisão, números decimais, frações, proporções e geometria. A lei de 1827 também previa que as escolas femininas oferecessem aulas de prendas domésticas, como corte, costura e bordado. Além disso, pela lei, as garotas só poderiam ter professoras mulheres, devido a questões morais e religiosas. Ademais, o fato de, na época, não existirem professoras preparadas para o ensino da matemática foi usado como argumento para o concretizar ensino apenas das operações básicas e da diferenciação curricular. No entanto, segundo Castanha (2013), a lei de 1827 foi bastante inovadora, estabelecendo um currículo escolar mínimo para todos os cidadãos no país, marcando a entrada da mulher no ambiente do ensino, no magistério. Após três décadas, em 1854, ocorreu a unificação dos conteúdos de garotos e garotas.

Contudo, de acordo com Castanha (2013), os excluídos das escolas não eram poucos. Essa não era a realidade das crianças das "classes populares" que ajudavam seus pais nos trabalhos de casa e, em especial, na lavoura. Além disso, nesse momento, a visão da educação como promessa de um futuro melhor e de ascensão social não vigorava na época, na medida em que a maioria dos trabalhos eram braçais, e saber ler e escrever não fazia diferença. Também, a educação foi negada aos escravizados até a promulgação da Lei do Ventre Livre (Lei Nº 2040), em 28 de setembro de 1871, que passou a permitir o direito à "liberdade" aos nascituros, filhos de escravas, nascidos a partir da data em que a lei entrou em vigor. Vale ressaltar que a abolição da escravidão, no país, foi um longo processo. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz proibiu o tráfico negreiro (Castanha, 2013). Esse fato histórico precedeu a Abolição da Escravatura, que ocorreu após 17 anos, em 1888. O Império do Brasil foi o último país da América a acabar com a escravidão, após mais de três séculos e meio, sendo um dos destinos de tráfico humano de africanos no mundo. Em 1886, após a reforma do ensino superior, o Brasil passou a permitir à mulher acesso às faculdades, que era direito apenas garantido ao sexo masculino (Rezzutti, 2018). A acessibilidade das mulheres a diferentes espaços públicos, como escola e trabalho, foi proporcionada pela construção de movimentos em prol da luta de direitos iguais.

A formação da primeira onda do feminismo, no Brasil, começa a ganhar corpo com a

transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, ao levar consigo reformas políticas e econômicas que abriram caminho para a Independência do Império (Moura, 2018). Segundo Moura (2018), gradativamente, novos hábitos foram instituídos, e o número de pessoas que frequentava espetáculos e comprava livros aumentou. Os romances e novelas europeus chegaram à cidade do Rio juntamente com a moda dos jornais e dos folhetins. O primeiro jornal impresso no Brasil foi o *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808 (Terrou & Pierre, 1990). Em 1822, o jornal recifense *Sentinela da Liberdade* publicou um manifesto assinado por mais de 120 mulheres da Paraíba, que afirmaram que compunham “metade da sociedade humana” e que também desejavam reassumir os direitos que lhes haviam sido usurpados, ‘quebrando os vergonhosos ferros da vil escravidão em que jazíamos’. Por direito, elas disseram: ‘queremos entrar na partilha e glória do Brasil’” (Telles, 2004, p. 338).

Uma das mulheres que marcou a primeira onda do movimento feminista no Brasil foi Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que publicou e traduziu obras literárias que demonstram o despertar de uma consciência crítica sobre a condição das mulheres na sociedade. Ela é considerada importante principalmente, por ter traduzido para língua portuguesa o clamor que vinha da Europa, articulando as novas ideias com o contexto nacional, pensando na mulher e na história brasileira (Costa & Sardenberg, 2008). No período de 1917 e 1922, Nísia Floresta juntamente com Bertha Luz, bióloga e pioneira do feminismo no país, fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo voto, pela escolha de domicílio e pelo trabalho de mulheres, sem a autorização do marido (Karawejczyk, 2018). O primeiro estado a legalizar o voto feminino foi o Rio Grande do Norte, em 1927. Quase uma década depois, em 1932, o código eleitoral sancionou o direito ao voto e à representação política às mulheres. Nesse ano, Carlota Pereira Queirós ganhou o posto de primeira deputada do Brasil (Cpdoc, 2017). A década de 1960 foi marcada por pensamentos libertários, pelo advento dos métodos anticoncepcionais e pelo acesso às universidades pelas mulheres das camadas médias da sociedade brasileira. Na década de 1980, o feminismo negro ganha força no país, com o II Encontro Feminista Latino-americano, que ocorreu em Bertioga, em 1985 (Leal, 2020). Há um rico legado no país de diversas frentes, ações, territórios e lideranças, que demonstram influências, continuidades e descontinuidades com o ativismo internacional apresentado nas ondas feministas.

Nesse contexto, a imprensa de mulheres foi o maior meio de divulgação das ideias feministas no Brasil (Moura, 2018) como o direito de votar e, sobretudo, de ser votada. Em todo o país, houve manifestos em jornais voltados para a causa abolicionista (Bandeira & Melo, 2010), ao direito de as mulheres frequentarem a escola de 1º grau e ao ensino superior, a legalização do divórcio, o direito a participação de concursos e de cargos públicos, entre outros (Castanha, 2013). Essas seriam reivindicações para todas as mulheres do país e não apenas para o espectro de mulheres que tinham acesso aos jornais. O direito ao voto foi sendo alcançado gradativamente nos estados brasileiros, de tal forma que, em 1932, Getúlio Vargas decretou por lei o direito de sufrágio, que já era exercido em 10 estados no país (Alves & Pitanguy, 1985). Assim, as proporções do feminismo, no Brasil, aumentaram no início do século XIX, principalmente após a Proclamação da República, com a esperança da

emancipação das mulheres e da contemplação dos direitos republicanos a ambos os sexos (Alves & Pitanguy, 1985).

Conclusão

A relação entre a psicanálise e o feminismo é marcada por consonâncias e dissonâncias. Porém, isso não significa uma má notícia, ao contrário. Ela permite que a pesquisa em psicanálise, conforme afirma Coelho dos Santos (2008a), não se reduza à repetição dos clássicos, ao contrário do que muitos críticos do nosso método de trabalho costumam afirmar. A psicanálise de Freud porta a marca de sua época e os limites de sua extensão, na medida em que não foi constituída para ser uma “visão de mundo”. Devido a isso, segundo Coelho dos Santos (2008a), a pesquisa em psicanálise nos exige atualizar as ferramentas teóricas e a experiência clínica, para enfrentar os efeitos do progresso das ciências, a saber: as novas configurações do mal-estar e do sofrimento psíquico na civilização, sem, todavia, abrir mão da epistemologia freudiana, que é a sua metapsicologia.

O feminismo avança no laço social para além dos seus conflitos acadêmicos e políticos. Ele produz discursividades que se inserem na sociedade e engendram efeitos nos impasses e nas invenções sintomáticas no campo da sexualidade. Na contemporaneidade, há uma pluralização dos feminismos, motivo pelo qual apostamos que as ideologias feministas nos fornecem uma leitura sobre a clínica da civilização atual quanto aos impasses da sexuação e nos propicia dizer o que nossa experiência, como analistas, nos ensina sobre os paradoxos do gozo. O que constatamos, em suma, a partir do seu histórico é que o elemento estrutural teorizado por Freud permanece o mesmo: o mal-estar é sexual.

Notas:

1. O presente trabalho constitui uma das etapas da pesquisa do pós-doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGTP/UFRJ, sob orientação da professora Dra. Tania Coelho dos Santos.
2. O presente trabalho se insere no âmbito da pesquisa do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia – ANPEPP, biênio 2020-2022, sob orientação das professoras Dra. Tania Coelho dos Santos e Dr. Ana Lydia Bezerra Santiago.
3. O conceito de “grande Outro” foi constituído por Lacan (Lacan, 1957-1958/1999), tendo, como uma de suas definições, o lugar dissimétrico que o Outro primordial ocupa em relação ao bebê, como lugar da fala, do tesouro do significante (A).
4. Veloso, C. (1991). Fora da ordem. In: C. Veloso. *Circuladô*. Rio de Janeiro: Polygram.
5. Veloso, C. (1984). O querer. In: C. Veloso. *Velô*. Rio de Janeiro: Philips Records.
6. Regina, E. (1978). Querelas do Brasil. In: R. Regina. *Transversal do tempo*. Rio de Janeiro: Polygram.

Referências Bibliográficas

- Alberti, C. (2021, julho 08). A Mulher Não Existe – Argumento do Congresso AMP 2022. [Site]. Recuperado de <https://ebp.org.br/nordeste/jornadas/2021/mulher-nao-existe-argumento-do-congresso-amp-2022/>.
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1985) *O que é Feminismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Abril Brasiliense.
- Bandeira, L., & Melo, H. P. (2010). Memórias das Lutas Feministas no Brasil. In: L. Bandeira, & H. P. de Melo. (Orgs.). *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.
- Beauvoir, S. (1949). *O Segundo sexo, vol. 1: fatos e mitos*. 4. Ed. (4a ed., S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. (1a ed.). São Paulo: Boitempo.
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2014). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Castanha, A. P. (2013). *Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889*. Campinas: Navegando Publicações.
- Cisne, M. (2014). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Coelho dos Santos, T. (2001). *Quem precisa de análise hoje?: O discurso analítico, novos sintomas e laços sociais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho dos Santos, T. (2006). *Sinthoma: corpo e laço social*. Rio de Janeiro: Editora Sephora/UFRJ.
- Coelho dos Santos, T. (2008a). Sobre os finais de análise: sexuação e invenção. *Tempo psicanalítico*, 40(1), 105-120.
- Coelho dos Santos, T. (2008b, junho). A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião. *Psicologia em Revista*, 14(1), 63-82.
- Coelho dos Santos, T. (nov. 2010 a abr. 2011). A dimensão real da desinserção na ordem simbólica. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11. Recuperado de www.nucleosephora.com/asephallus
- Coelho dos Santos, T. C. dos, & Lopes, R. G. (2013). *Psicanálise: ciência e discurso*. Rio de Janeiro: Cia. de Freud.
- Coelho dos Santos, T. (2016). Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 11(22), 4-19. Disponível em www.isepol.com/asephallus. doi: 10.17852/1809-709x.2019v11n22p04-19.
- Costa, A. A., & Sardenberg, C. M. B. (Orgs.). (2008). *O Feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 14, 538–54. Recuperado de

- <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=ucf>
- Cpdoc. (2017). Carlota Pereira de Queirós. Rio de Janeiro. [Site]. Recuperado de https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlota_pereira_de_queiros
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. (1a ed.) São Paulo: Boitempo.
- Escallier, C. (2012). Olympe de Gouges: uma humanista sob o terror. *Gênero na Amazônia*. Belém, n.2. jul/dez. Recuperado de <http://www.generonaamazonia.com/edicoes/edicao-2/Artigos/Olympe-de-Gouges-uma-humanista-sob-o-terror.pdf>.
- Fain, M. K. (2019, dezembro 26). Não-binário é o novo "Não é como as outras garotas", e isso está profundamente enraizado em misoginia. [Site]. Recuperado de <https://medium.com/gg-feminista/n%C3%A3o-bin%C3%A1rio-%C3%A9-o-novo-n%C3%A3o-%C3%A9-como-as-outras-garotas-e-isso-est%C3%A1-profundamente-enraizado-em-d97731d2fba6>
- Fraser, N. (2012). La política feminista en la era del reconocimiento: un enfoque bidimensional de la justicia de género. *Arenal*, 19(2), 267-286. Recuperado de <http://revistaseug.ugr.es/index.php/arenal/article/view/1417/1589>.
- Freud, S. (1996a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 119-231). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996b). Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 167-185). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1996c). O inconsciente. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 165-222). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996d). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 145-153). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (1996e). Além do princípio do prazer. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 17-72). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1996f). Psicologia de grupo e análise do ego. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp. 75-146). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996g). A perda da realidade na neurose e na psicose. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 207-211). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1996h) O mal-estar na civilização. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 21, pp. 27-148). Rio de Janeiro: Imago.

- (Trabalho original publicado em 1930[1929]).
- Freud, S. (1996i). A questão de *Weltanschauung*. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 155-177). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933[1932]).
- Freud, S. (1996j). Projeto para uma psicologia científica. In J. Salomão (Trad.) *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 1, pp. 355-466). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1950[1895]).
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. (Trabalho Original Publicado em 1976).
- Karawejczyk, M. (2018). O feminismo em Boa Marcha no Brasil: Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. *Revista Estudos Feministas*, 26(24984). Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/49845/37126>. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n249845>
- Koyré, A. (1991). *Estudos de História do Pensamento Científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (1991). *O Seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953).
- Lacan, J. (1998b). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1958).
- Lacan, J. (1998c). A ciência e a verdade. In J. Lacan. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho Original Publicado em 1965).
- Lacan, J. (1999). *O Seminário, Livro 5: As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 16: de um Outro a outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. (Trabalho original publicado em 1968-1969).
- Lacan, J. (2011). *O Seminário 19: ...ou pior*. Publicação não comerciável. Salvador. Espaço Moebius. (Trabalho original publicado em 1971-1972).
- Leal, H. (2020). Feminismo negro. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 6(3), 16-23. Recuperado de <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-negro/>.
- Miller, J-A. (2007). Assuntos de família no inconsciente. *Revista Asephallus de Orientação Lacaniana*, 2(4). Recuperado de http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_04/traducao_01.htm.
- Miller, J. A. (2015). O osso de uma análise + O inconsciente e o corpo falante. (1a ed.). Rio de Janeiro: Zahar (Trabalho original publicado em 1998).

- Moura, A. M. (2018). A primeira *Onda* feminista no Brasil: uma análise a partir do jornal "A Família do século XIX (1888-1894). *Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, 2(2), 62-86. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca/article/view/241600/32722>.
- Nascimento, L. (2021). O Radfem e seu papel de exclusão das mulheres trans dentro no feminismo contemporâneo. Recuperado de: <https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/o-radfem-e-seu-papel-de-exclusao-das-mulheres-trans-dentro-no-feminismo-contemporaneo>.
- Oliveira, G., & Korte, J. (2014, fevereiro 06). A nova luta das mulheres. *Época* [Site]. Recuperado de <https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bnova-lutab-das-mulheres.html>
- ONU. (2020). Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. [Site]. Recuperado de <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Rezzutti, P. (2018). *Mulheres do Brasil: a história não contada*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Ribeiro, D. (2014). As diversas ondas do feminismo acadêmico. *Carta Capital* [Site]. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>
Acesso em: fev.2017.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* (1a ed.) São Paulo: Companhia das Letras.
- Scott, J. W. (2006). *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres. (Trabalho original publicado em 1996).
- Telles, N. (2004). Escritoras, Escritas, Escrituras. In: M. Piore (Org.). *História das mulheres no Brasil*. (7a ed.). São Paulo: Contexto.
- Terrou, F., & Pierre, A. (1990). *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Therborn, G. (2006). *Sexo e poder: A Família no mundo 1900-200*. São Paulo: Contexto. (Trabalho original publicado em 1941).
- Wollstonecraft, M. (2017). Uma vindicação dos direitos da mulher. (1a ed., E. M. de Souza, Trad.). Lisboa: Antígona. (Trabalho original publicado em 1972).
- Zirbel, I. (2021). Ondas do feminismo. *Edição eletrônica Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, 7(2), 10-31. Recuperado de <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>

Citação/Citation: Paula, F. O. Q. De, & Coelho dos Santos, T. (nov. 2021 a abr. 2022). Primeira onda do movimento feminista: modernidade e psicanálise. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 17(33), 91-111. Disponível em www.isepol.com/asephallus. Doi: 10.17852/1809-709x.2022v17n33p91-111

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos

Recebido/Received: 07/08/2021 / 08/07/2021.

Aceito/Accepted: 17/10/2021 / 10/17/2021.

Copyright: © 2022 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.